

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Em atendimento a Instrução Normativa BCB, n. 236/2022, para a remessa das Demonstrações Financeiras com o fim do arquivamento na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, anexo os dados do arquivo:

Data-Base das demonstrações: Junho / 2022

Relação das Demonstrações Financeiras contidas neste arquivo: Relatório Administração, Balanço Patrimonial, DRE, DRA, DMPL, DFC e Notas Explicativas.

Na oportunidade a Diretoria declara que as referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, em 30 de junho de 2022.

Curitiba, 25 de agosto de 2022.

COOPERATIVA DE CREDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA- COOPESF



CELSO BORBA BITTENCOURT
DIRETOR SUPERINTENDENTE

PAULO ROBERTO NUNES
DIRETOR ADMINISTRATIVO



CONTADOR
LUCIMAR AFONSO MOREIRA
CRC-PR 024570/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Associados

Apresentamos o Relatório da Administração da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, relativo ao exercício encerrado em 30 de junho de 2022, em cumprimento às exigências legais e regulatórias vigentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicáveis às cooperativas de crédito.

Destacamos a melhora nos dados apresentados no último trimestre de 2021 propiciaram revisões positivas com relação ao crescimento do mercado, já os indicadores de atividade econômica de janeiro devido a intensa onda do covid-19 foram negativos, a melhora esperada no quadro da pandemia deve auxiliar para a recuperação das atividades com impacto positivo no mercado de trabalho. O surgimento da guerra na Ucrânia piora as previsões de inflação, bem como o cenário da política monetária no Brasil e no mundo.

O primeiro semestre de 2022 registrou um desempenho econômico melhor que o esperado no Brasil, o que se traduziu em novas reduções da taxa de desemprego e sustentação do consumo das famílias, todavia a piora na precificação dos ativos domésticos e aumento na percepção de risco fiscal, agravado com o quadro inflacionário adverso, exigindo novos ajustes nos juros por parte do Banco Central. No quadro internacional a inflação entrou no foco das preocupações dos governos e mercados, provocando uma aceleração dos preços tendo como consequência o aperto monetário por parte dos principais bancos centrais, com destaque para o Federal Reserve, o ajuste em curso nas taxas de juros, não apenas nos Estados Unidos, provocou uma elevação no pessimismo com a economia global na parte final do semestre, sentimento que acentuou a aversão ao risco nos mercados internacionais.

A Coopesf está trabalhando para aumentar a oferta de produtos e serviços e o aperfeiçoamento do sistema de informática da Cooperativa, estuda-se a troca do sistema de serviços onde se analisa a oferta da cooperativa UNIPRIME, tendo a possibilidade com esta mudança o aumento na prestação de serviços aos seus cooperados disponibilizando a todos os serviços usuais de instituições financeiras pela Cooperativa. A Coopesf, a continua monitoração do ambiente financeiro, permitindo uma aproximação maior com os cooperados, resultando em crescimento no vínculo do relacionamento com a cooperativa.

Por fim, nossos agradecimentos aos colaboradores, diretores, conselheiros e prestadores de serviços em frente à resiliência demonstrada, na busca permanente em atender bem o nosso cooperado, construindo um ambiente de muitas oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional.

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A COOPESF adota as melhores práticas de governança e gestão de controles e riscos, alicerçadas pelos princípios de transparência, equidade, ética e responsabilidade corporativa, com segregação de funções e de estrutura entre as áreas de negócios, de controle/risco e de auditorias (Interna, Externa e Fiscal), adoção de decisões colegiadas e modelo de organizacional compatível com a complexidade e natureza dos negócios e operações realizadas.

2.2 ESTRUTURA E AÇÕES DE GOVERNANÇA

A estrutura organizacional da COOPESF é constituída pelos órgãos sociais: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Ouvidoria e Diretoria Executiva, cujas atribuições estão definidas no Estatuto Social. A Cooperativa dispõe também de um Conselho Deliberativo, que presta suporte as tomadas de decisões estratégicas da Cooperativa.

Até junho de 2022, o Conselho de Administração manteve sua composição em 06 (seis) membros efetivos, conforme decisão e homologação pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2021, empossados somente de setembro 2021, após aprovação por parte do Banco Central do Brasil para o exercício das funções no período de 2021 à 2024.

A Diretoria Executiva, indicada pelo Conselho de Administração, teve seu mandato renovado para o período de 2021 à 2023, com a recondução de Celso Borba Bittencourt (Diretor-Superintendente) e Paulo Roberto Nunes (Diretor Administrativo e Financeiro).

Também foram aprovados os novos Conselheiros Fiscais para a gestão 2022 a 2023.

A estratégia Corporativa segue a metodologia implantada, ancorada na ideologia e nos Pilares de Governança, Recursos e Operações, são definidas Diretrizes e Ações Estratégicas, com atualizações anuais para a adequação aos novos cenários e condições, internas e externas, que se apresentam, para garantir o alinhamento com os objetivos do negócio, com as condições impostas pelo mercado e com a conjuntura econômica do país.

2.3 GERENCIAMENTO DE RISCO E CONTROLES

A COOPESF exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de risco a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

As atividades de gerenciamento de riscos observam as práticas e as diretrizes regulatórias quando à segregação entre as funções de controles/gestão de riscos e de negócios. As informações e indicadores sobre riscos, incluindo testes de estresses, são sistematicamente acompanhados e monitoras pelas instâncias estratégicas.

O Risco de Capital é acompanhado pelo Índice de Basileia, que faz parte do conjunto de indicadores monitoras e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. Em 2022, o Índice de Basileia da Cooperativa se apresentou no mesmo patamar dos anos anteriores, alcançando 53,6%, frente ao mínimo regulamentar de 17,00%.

Assim encerramos o relatório da administração agradecendo pelos resultados e avanços alcançados, agradecemos aos nossos cooperados e colaboradores, que nos honram com sua confiança e nos motivam a fazer sempre melhor. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Demonstrações Contábeis

**Cooperativa de Crédito e Serviços
Financeiros de Curitiba e Região
Metropolitana - COOPESF**

30 de junho de 2022

**Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região
Metropolitana-COOPESF**
Demonstrações Contábeis
30 de junho de 2022

Índice

Balanço patrimonial.....	2
Demonstrações das sobras das operações.....	4
Demonstração do Resultado Abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF

Balanço patrimonial
Semestre findo em 30 de junho de 2022.
(Em milhares de reais)

	Notas	30.06.2022	31.12.2021
Ativo			
Circulante		14.318	14.997
Disponibilidades	4	73	294
Instrumentos Financeiros	4 e 5	7.323	7.749
Operações de crédito	6	6.611	6.675
(-) Provisão para risco de credito		(734)	(997)
Outros créditos	7	385	367
Outros valores e bens	7	660	980
(-) Provisão p/desvalorização		-	(71)
Não Circulante		2.919	3.094
Realizável a longo prazo		2.598	2.760
Operações de credito	6	2.920	2.892
(-) Provisão para risco de credito		(322)	(132)
Imobilizados	8	321	334
Imobilizado de uso		792	789
(-) Depreciação acumulada		(471)	(455)
Total do ativo		17.237	18.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celso Borba Bittencourt
Diretor Superintendente

Paulo Roberto Nunes
Diretor Administrativo

Contador
Lucimar Afonso Moreira

CRC-PR

024570/O-3

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF

Balanço patrimonial
Semestre findo em 30 de junho de 2022.
(Em milhares de reais)

	Notas	30.06.2022	31.12.2021
Passivo			
Circulante		8.254	8.937
Depósitos	9	8.043	8.374
Sociais e estatutárias	10	105	453
Fiscais e previdenciárias		39	36
Diversas	11	67	74
Patrimônio líquido	13	8.983	9.154
Capital social		7.742	7.961
Reserva legal		668	668
Reserva especial		442	442
Sobras acumuladas		131	83
Total do passivo		17.237	18.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celso Borba Bittencourt
Diretor Superintendente

Paulo Roberto Nunes
Diretor Administrativo

Contador
Lucimar Afonso Moreira

CRC-PR

024570/O-3

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana- COOPESF

Demonstrações das sobras das operações
Semestre findo em 30 de junho de 2022.
(Em milhares de reais)

Notas	1Semestre 2022	1Semestre 2021
Receitas da intermediação financeira	1.922	2.185
De operações de crédito	1.549	2.087
De aplicações financeiras	373	98
Despesas da intermediação financeira	(604)	(948)
Despesas de captação de recursos	(418)	(156)
Despesas com fundo garantidor de créditos (Provisão) Reversão para riscos de créditos	(7)	(8)
Despesas em renegociação de créditos	(179)	(784)
Despesas em renegociação de créditos	-	-
Resultado bruto da intermediação financeira	1.318	1.237
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.105)	(1.153)
Receita de prestação de serviço	6	4
Desp. remuneração-Diretoria e Conselhos	(216)	(104)
Despesas de pessoal	(492)	(617)
Despesas administrativas	(457)	(441)
Despesas de depreciação	(17)	(18)
Despesas tributárias	-	(3)
Outras despesas operacionais	-	-
Outras receitas operacionais	71	26
Resultado operacional	213	84
Resultado antes da tributação e participação	-	84
Resultado não operacional	(82)	-
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	-	-
Participação nos lucros	-	-
Sobras do exercício	131	84
Juros sobre o capital próprio	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celso Borba Bittencourt
Diretor Superintendente

Paulo Roberto Nunes
Diretor Administrativo

Contador
Lucimar Afonso Moreira

CRC-PR 024570/O-3

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF

Demonstração do Resultado Abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2022.
(Em milhares de reais)

	Notas	1Semestre 2022	1Semestre 2021
Resultado líquido do período		<u>131</u>	<u>84</u>
Movimento do período		-	-
Resultado abrangente		<u>131</u>	<u>84</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celso Borba Bittencourt
Diretor Superintendente

Paulo Roberto Nunes
Diretor Administrativo

Contador
Lucimar Afonso Moreira

CRC-PR

024570/O-3

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 30 de junho de 2022.
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Reserva de Especial	Sobras Acumuladas	Totais
Saldo em 31 de dezembro 2021	7.961	-	668	442	83	9.154
Aumento (redução) de capital	(219)	-	-	-	-	(219)
Sobras líquidas	-	-	-	-	131	131
Destinação: juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Destinação ao fundo de reserva legal	-	-	-	-	-	-
Destinação (AGO)	-	-	-	-	(83)	(83)
Destinação ao FATES	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2022	7.742	-	668	442	131	8.983
Mutações no período	(219)	-	-	-	48	(171)
Saldo em 31 de dezembro 2020	8.355	-	658	442	252	9.707
Aumento (redução) de capital	(534)	-	-	-	-	(534)
Sobras líquidas	-	-	-	-	84	84
Destinação: juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Destinação ao fundo de reserva legal	-	-	-	-	-	-
Destinação (AGO)	252	-	-	-	(252)	-
Destinação ao FATES	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2021	8.073	-	658	442	84	9.257
Mutações no período	(282)	-	-	-	(168)	(450)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Semestre findo em 30 de junho de 2022.
(Em milhares de reais)

	1Semestre 2022	1Semestre 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Atividades operacionais	256	886
Sobras do semestre	131	84
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	179	784
Depreciações	17	18
Provisões para desvalorização de outros bens	(71)	-
	(598)	(2.011)
Variação de ativos e passivos		
(Aumento) redução de operações de créditos	(217)	(413)
(Aumento) redução de outros créditos	(18)	(162)
(Aumento) redução de outros valores e bens	320	(12)
Aumento (redução) de Depósitos	(331)	(1.211)
Aumento (redução) de sociais e estatutárias	(348)	(34)
Aumento (redução) de fiscais e previdenciárias	3	19
Aumento (redução) obrigações diversas	(7)	(198)
	(342)	(1.125)
Caixa líquido das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(3)	(6)
	(3)	(6)
Caixa líquido das atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	(219)	(282)
Realização de reservas	-	-
Pagamentos de juros sobre capital próprio	-	-
Distribuição de sobras	(83)	(252)
	(302)	(534)
Caixa líquido das atividades de financiamento		
	(647)	(1.665)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	7.396	8.407
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	8.043	10.072
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(647)	(1.665)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF foi constituída em 22/01/2002 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10/04/2002, tem por seu objetivo estimular a formação e a educação cooperativista e financeira dos seus associados, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, procurando proporcionar através da mutualidade, assistência financeira aos cooperados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 27 de julho de 2022. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020. A referida norma, entre outros requisitos, estabeleceu diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balanço Patrimonial de provisões, depreciações e amortizações, divulgação de resultados não recorrentes, alterações que não modificam o saldo total desta demonstração, relativos as contas de ativo e passivo. Para efeito de comparabilidade, as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho 2022, os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência de exercícios, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações de créditos são registradas pelo valor presente. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro-rata dia”.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em valores mobiliários cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

As aplicações em cotas de fundos de investimentos abertos são valorizadas mensalmente, com base no valor da cota calculada e divulgada pelo Administrador dos fundos nos quais a Cooperativa aplica seus recursos que, por sua vez, consideram o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes de sua carteira.

As aplicações em títulos de renda fixas são registradas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas ao valor de mercado, quando aplicável.

A Cooperativa não possuía em 30 de junho de 2022, saldos de instrumentos financeiros derivativos.

d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados as avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, imóveis, utensílios e outros equipamentos e instalações são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 8 que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

f) Valor recuperável de ativos – ‘impairment’

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da cooperativa julgou existir indícios de necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, bens não de uso, no valor de R\$ 71, provisão mantida até o exercício de 2021.

g) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas no CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com sua aprovação consubstanciada na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber.

Os Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “*pro-rata*” dia).

i) Juros sobre o capital próprio

O capital social da COOPESF é corrigido pelo índice Selic. A remuneração do capital é considerada como renda tributável recebido de pessoa jurídica, sujeita a aplicação da tabela progressiva.

j) Depósitos a prazo

São representados por seus valores captados acrescido dos rendimentos auferidos. Os depósitos a prazo estão classificados em “RDC-Recibo de Deposito Cooperativo”.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	<u>30.06.2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	73	294
Títulos e valores mobiliários	<u>7.323</u>	<u>7.749</u>
	<u>7.396</u>	<u>8.043</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários apresentam liquidez imediata, sendo resgatáveis a valor líquido a qualquer momento.

Os títulos e valores mobiliários estavam assim compostos:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>2021</u>
	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil
Títulos e valores mobiliários	<u>7.323</u>	<u>7.749</u>
Fundos de investimentos	<u>7.323</u>	<u>7.749</u>
. Cotas de fundos Referenciados	<u>7.323</u>	<u>7.749</u>

6. Operações de crédito

a) A composição da carteira de operações de crédito, por modalidade de operação, está assim representada

	<u>30.06.2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante e não circulante		
Empréstimos	9.215	9.033
Adiantamento a depositantes	1	-
Títulos descontados	315	534
(-) Provisão para riscos de créditos	(1.056)	(1.129)
Total líquido da carteira de crédito	<u>8.475</u>	<u>8.438</u>

b) Concentração da carteira de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição da carteira de crédito e correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos prazos e níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, em 30 de junho de 2022, como segue:

30.06.2022

Nível de risco:	Dias de atraso	% mínimo de provisão	Total das operações	% sobre o total	Provisão constituída
AA	-	-	53	0,55%	-
A	0 a 14	0,5%	6.693	70,02%	33
B	15 a 30	1,0%	775	8,10%	7
C	31 a 60	3,0%	783	8,20%	23
D	61 a 90	10,0%	111	1,20%	11
E	91 a 120	30,0%	95	0,99%	29
F	121 a 150	50,0%	87	0,91%	44
G	151 a 180	70,0%	86	0,91%	61
H	Acima 180	100,0%	848	9,12%	848
Total da carteira de crédito e da provisão			9.531	100,00%	1.056

2021

Nível de risco:	Dias de atraso	% mínimo de provisão	Total das operações	% sobre o total	Provisão constituída
A	0 a 14	0,5%	6.699	70,02%	35
B	15 a 30	1,0%	659	6,88%	6
C	31 a 60	3,0%	987	10,32%	29
D	61 a 90	10,0%	51	0,53%	5
E	91 a 120	30,0%	35	0,36%	10
F	121 a 150	50,0%	131	1,37%	66
G	151 a 180	70,0%	90	0,94%	63
H	Acima 180	100,0%	915	9,58%	915
Total da carteira de crédito e da provisão			9.567	100,00%	1.129

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	30.06.2022	2021
Saldo no início do exercício	(1.129)	(598)
Adições	(179)	(1.060)
Baixas de créditos	252	529
Saldo no final do exercício	(1.056)	(1.129)

d) Concentração das operações de crédito

	30.06.2022	%	2021	%
10 maiores devedores	2.025	21%	1.622	17%
Demais	7.506	79%	7.945	83%
	9.531	100%	9.567	100%

- e) No semestre findo em 30 de junho de 2022, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 212 (2021 R\$ 727), foram registradas como "Receitas de Intermediação Financeira - Operações de Crédito".

7. Outros créditos e Outros Valores e Bens

Em Outros Créditos, são valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	30.06.2022	2021
Recebimentos de cobranças-boletos	17	31
Impostos a recuperar	-	-
Deposito judicial	84	-
Outras contas	284	336
Total	385	367

Em Outros Valores e Bens, são valores referentes a bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento na quitação de operações de créditos, e despesas antecipadas, conforme demonstrado:

Descrição	30.06.2022	2021
Bens Imóveis Não de Uso Próprio	614	980
Despesas antecipadas	46	-
(-) Provisão para desvalorização de bens	-	(71)
Total	660	909

8. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

	30.06.2022		2021		Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	256	(225)	31	32	10
Imóveis de uso próprio	536	(246)	290	302	4
Total - 2022	792	(471)	321	334	
Total - 2021	789	(455)	334		

9. Depósitos e captações

a) Depósitos à vista

Apresentamos, a seguir, os depósitos a vista em 30 de junho de 2022:

	<u>30.06.2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos à vista	-	-

b) Recibo de depósito cooperativo

Apresentamos, a seguir, os depósitos a prazo em 30 de junho de 2022:

	<u>30.06.2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos a prazo	<u>8.043</u>	<u>8.374</u>

10. Obrigações estatutárias

As obrigações estatutárias correspondem às obrigações do FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, fundamentadas na Lei nº 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971 e do Estatuto Social da Cooperativa, representadas pela destinação de 5% das sobras do exercício e eventuais destinações deliberadas em Assembleia Geral, e, quando aplicável, dos resultados apurados em operações com não-cooperados em consonância com as disposições dos artigos 85 da Lei 5.764/71, e de recursos de cotas de capital a pagar de ex-cooperados.

	<u>30.06.2022</u>	<u>2021</u>
Juros do Capital a pagar	-	346
Cotas de capital a pagar	79	80
FATES – atos cooperados	26	27
Total	105	453

11. Obrigações diversas

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>2021</u>
Despesas de pessoal	59	56
Outras contas	8	18
Total	67	74

12. Passivos contingentes – cíveis

A COOPESF é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações.

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, a administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão por não haver prováveis perdas com as seguintes ações:

2021	Valor provisionado
------	--------------------

Natureza	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	Valor estimado de perda	30.06.2022	2021
Cíveis	Possível	34	34	-	-
Total				-	-

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022 o capital social no valor de R\$ 7.742 (R\$ 7.961 em 2021) está representado pelas contribuições dos cooperados, composto por quotas-partes no valor nominal de R\$1,00 cada uma, totalmente integralizadas por cooperados.

b) Reserva Especial para Estabilidade Financeira

A cooperativa tem constituída uma Reserva Especial para Estabilidade Financeira, com fundos destinados de exercícios anteriores, onde foi fixado pela assembleia geral, o modo de sua formação, aplicação e liquidação. Esta reserva especial em 30 de junho de 2022 totalizava R\$ 442.

c) Reserva Legal

A reserva legal em 30 de junho de 2022 totalizou R\$ 668 (R\$ 668 em 2021) sendo esta constituída com parte do saldo das sobras.

14. Partes relacionadas

Operações com pessoal-chave da Administração

A administração da cooperativa é efetuada por membros do Conselho de Administração, Conselheiros Fiscais, e por Diretores Executivos.

As transações com partes relacionadas referem-se:

a) Aos depósitos e operações de crédito mantidas na COOPESF por seus administradores (diretores e conselheiros) na qualidade também de cooperados. Estas operações foram contratadas nas mesmas condições praticadas com os demais associados da cooperativa, vigentes nas datas das operações. Os saldos em 30 de junho de 2022 são:

	<u>30.06.2022</u>
Saldo dos Depósitos a vista - Administradores	-
Saldo dos Depósitos a Prazo – Administradores	243
Saldo das Operações de Crédito - Administradores	<u>24</u>

b) O pessoal-chave da administração remunerados pelas atividades desenvolvidas enquanto administradores, foram a Diretoria Executiva, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	<u>30.06.2022</u>
Total da Remuneração	216

15. Estrutura de gerenciamento de risco

Em 04 de novembro de 2015 o Banco Central do Brasil emitiu o Comunicado nº 28.684 qual dispõe do enquadramento prévio das cooperativas de crédito em funcionamento nas categorias estabelecidas no art. 15 da Resolução CMN nº 4.434, de 5 de agosto de 2015.

A Cooperativa COOPESF, conforme as referidas normas citadas acima, foi classificada pelo Banco Central do Brasil na categoria Clássica. E de acordo com a Res. CMN nº 4.553/2018 foi enquadrada em 30 de janeiro de 2018 no segmento S5.

De modo a atender o requerido na Resolução do CMN nº 4.557/2018, a COOPESF adotou o gerenciamento de riscos compatível com a natureza e complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Cooperativa, e tem por objetivo monitorar os riscos, com intuito de realizar a gestão dos riscos operacionais, de mercado e crédito.

Entretanto, a COOPESF, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.606/2018, 4.557/2018, 4.955/2021 adota para elaboração de seu Balanço o Regime Prudencial Simplificado (RPS) sendo assim a implantação do gerenciamento de riscos está também em consonância com o referido regulatório ao considerar, a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), segundo o regime para definição do Patrimônio de Referência para o segmento de Cooperativas enquadradas em S5 e assim em acordo com a complexidade de seus produtos, serviços, atividades processos e sistemas da Cooperativa.

a) Risco operacional

O Risco Operacional está associado às falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, de pessoas e de sistemas, ou de eventos externos.

A COOPESF devido à sua opção pelo Regime Prudencial Simplificado (RPS) possui seu cálculo do Patrimônio de Referência Exigido de forma Simplificada em apenas uma única parcela (PRS5)), conforme disposições na Res. 4.606/2018 e artigo 1º, Parágrafo II, alínea a) da Res. CMN nº 4.589/2018, sendo esta apurada diretamente sobre os demonstrativos contábeis.

b) Risco de mercado

O Risco de Mercado é o risco associado a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela Cooperativa.

Adicionalmente mencionamos que, em virtude da Res. CMN nº 4.434/2015, e com a emissão do Comunicado pelo Banco Central do Brasil, a Cooperativa COOPESF está classificada na categoria clássica dentro do segmento S5. Estando, esta Instituição desobrigada de classificar as operações da carteira, previstas no Art. 6º e parágrafos, conforme dispensa evidenciada pelo Art. 2º da Resolução nº 4.557/2018. Estando também dispensada da elaboração assim como do envio da remessa do Demonstrativo de Mercado (DRM) ao Banco Central do Brasil.

c) Risco de crédito

O Risco de Crédito é aquele associado ao não cumprimento pelo tomador da contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos da recuperação.

A COOPESF avalia de forma gerencial o risco de crédito e classifica suas operações conforme os critérios para rating estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, para atendimento do risco e das respectivas provisões de risco em atendimento aos valores mínimos exigidos pelos normativos.

16. Índice de Basiléia

O Índice de Basiléia da COOPESF na data de 30 de junho de 2022, pelo regime de cálculo simplificado foi de 54,9% (o índice mínimo exigido era de 17%).

17. Resultado não recorrente

No semestre de junho de 2022 a COOPESF não incorreu em qualquer “Resultado não recorrente” que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

18. Efeitos da Pandemia do Covid-19

A Coopesf, como todas as cooperativas de crédito, por ser considerada atividade essencial, funcionou todos os dias do ano, embora tenha sido obrigada a operar de forma diferente e limitada em diversos momentos.

Como uma organização sólida e criativa, comprometida em continuar a oferecer seus serviços e sua orientação financeira, tivemos a oportunidade de nos adaptar rapidamente ao cenário restritivo. Home office e formas diferenciadas de atendimento, permitiram que a excelência nos serviços aos cooperados continuassem a ser a tônica na nossa relação com a comunidade.

Continuamos a privilegiar e expandir os produtos de risco menor, como consignado e antecipação de recebíveis. Com uma análise criteriosa de risco, uma oferta inteligente de produtos e uma assessoria especializada na orientação financeira, mesmo num momento de forte crise econômica, enfrentamos o ano com baixos níveis de inadimplência e manutenção dos níveis operados.

Identificamos ainda a oportunidade de melhorar a qualidade de nossos serviços através da seleção de um novo sistema computacional, mais moderno, ágil, eficiente e seguro. A busca de alternativas, a seleção da melhor opção e a preparação para a implantação na virada do ano, consumiram investimento de tempo e recursos que retornarão rapidamente no decorrer dos anos seguintes.

Portanto, em observância ao disposto na NBC TG 24 (R2), considerando todo o cenário atual e as medidas que visaram a continuidade de todos os processos da COOPESF, não há indícios, até o momento, de que os impactos trazidos pela pandemia comprometam a elaboração, aprovação e publicação das Demonstrações Contábeis que poderiam prejudicar a sua continuidade operacional